



**EDIÇÃO EXTRA**  
Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do  
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

# SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 20 a 26 de fevereiro de 2022 \* nº 1830 \* Pág. 001/016

## ATOS DO PREFEITO

**DECRETO Nº 9.957, DE 24 DE JANEIRO DE 2022**

**ESTABELECE NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos V e XIV e art. 127, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa e, em conformidade com que estabelece a Lei Nº. 14.196, de 26 de julho de 2021 - Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, bem como o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal,

### DECRETA:

Art. 1º O Orçamento - Programa Anual aprovado pela Lei Nº 14.425, de 21 de janeiro de 2022, será executado de acordo com o disposto neste Decreto, sem prejuízo das normas legais e regulamentares em vigor.

### CAPÍTULO I DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 2º A programação financeira visa manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, em conformidade com a Programação Financeira de Desembolso que estabelece medidas necessárias à execução do Programa de Trabalho do Governo Municipal, com o objetivo de:

- I - atender prioridades da administração municipal;
- II - fixar recursos referentes ao custeio, em quotas mensais a serem repassadas aos órgãos integrantes da esfera municipal;
- III - impedir a realização de despesas acima das disponibilidades de caixa;
- IV - disciplinar os pedidos de liberação de recursos por parte das unidades executoras;
- V - permitir o controle financeiro da execução orçamentária;
- VI - disciplinar a execução dos recursos de investimentos.

§ 1º A Secretaria das Finanças, será a executora da Programação Financeira de Desembolso, a qual compete a elaboração e fixação das quotas mensais, bem como o controle sobre sua execução.

§ 2º Excetua-se da obrigatoriedade contida no parágrafo anterior a despesa de investimento em Equipamentos e Material Permanente, cuja execução deverá submeter-se ao disposto no art. 7º, parágrafo único, deste Decreto.

Art. 3º Até 30 dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

**Parágrafo Único.** Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, os Poderes Executivo e Legislativo demonstrarão, avaliarão e publicarão o cumprimento das Metas Fiscais, através do Relatório de Gestão Fiscal, de cada quadrimestre, em audiência pública,

na Casa Legislativa Municipal, conforme estabelece os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

### CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 5º As despesas orçadas na Lei Orçamentária Anual e especificadas no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD serão aprovadas:

- I - por decreto do Chefe do Poder Executivo, quando se referir às despesas dos Órgãos da Administração Direta e Direta Descentralizada;
- II - por portaria do Chefe do Poder Legislativo, quando se referir às despesas orçadas na Câmara Municipal.

Art. 6º A Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, orçada nos Órgãos/ Unidades do Poder Executivo, será formalizada pela Secretaria da Administração, que se responsabilizará por todos os lançamentos que impliquem em alteração do numerário.

I Exclui-se do CAPUT deste Artigo, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais orçada na Secretaria Municipal da Saúde, que será responsável pela formalização e por todos os lançamentos que impliquem em alteração do numerário.

II A ordenação da despesa com Pessoal e Encargos Sociais, tal como está descrita no caput deste artigo, compete conjuntamente as Secretarias da Administração, da Saúde e da Secretaria das Finanças, cabendo a esta o provisionamento dos recursos financeiros necessários ao seu regular pagamento.

Art. 7º A Secretaria da Administração, órgão responsável pela realização dos procedimentos licitatórios, nos limites da Programação Financeira de Desembolso, será a executora da despesa com Equipamentos e Material Permanente e Material de Consumo, programada por cada Órgão/Unidade do Poder Executivo.

**Parágrafo Único.** É vedada aos Órgãos da Administração Direta a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente no limite de dispensa de licitação.

Art. 8º É facultada aos Órgãos da Administração Direta a aquisição de Material de Consumo, de natureza eventual, desde que as necessidades aquisitivas não

extrapolem os tetos de dispensa de licitação e que caracterizem estoque mínimo de segurança.

§ 1º Compreende - se como Material de Consumo, aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ ou tem sua utilização limitada a dois anos.

§ 2º Caracteriza-se como estoque mínimo de segurança, a quantidade de material destinado a evitar transtornos, por possíveis atrasos no processamento de entrega de material ao Almoxarifado Central, decorrentes de consumo atípico e/ ou caso fortuito.

§ 3º A despesa com a confecção de material por encomenda só deverá ser classificada como serviços de terceiros se o próprio órgão ou entidade fornecer a matéria-prima. Caso contrário, deverá ser classificada como Material de Consumo ou como Equipamentos e Material Permanente, conforme dispõe o Art. 6º, da Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Art. 9º As quotas mensais da Programação Financeira de Desembolso não utilizadas no mês incorporam-se automaticamente ao mês subsequente, desde que não ultrapasse o correspondente exercício financeiro.

Ativado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SITOINO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4856-039C-EDE3> e informe o código 0487-4856-039C-EDE3



Ativado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SITOINO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4856-039C-EDE3> e informe o código 0487-4856-039C-EDE3



Ativado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SITOINO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4856-039C-EDE3> e informe o código 0487-4856-039C-EDE3



**Art. 10** A Secretaria das Finanças, para melhor execução do Programa de Trabalho do Governo Municipal, poderá rever as quotas mensais a que se refere o artigo anterior ou incluir cotas novas, em função do surgimento de ajustes ou correções técnicas.

Parágrafo Único. As alterações ou inclusões de quotas terão por base:

I - excesso de arrecadação;

II - anulação de quotas de igual valor.

**Art. 11** Os pedidos de alteração para ajustes ou correções técnicas serão encaminhados, pelo titular da Secretaria interessada ou órgão equivalente, à Secretaria das Finanças, mediante ofício circunstanciado, acompanhado do formulário de solicitação de quota financeira, no qual se indicará, obrigatoriamente, a origem dos recursos que custearão a despesa.

**Art. 12** A distribuição de recursos aos órgãos da Administração Direta e Indireta deverá ser feita em concordância com o que especifica a classificação funcional e o projeto e/ou atividade correspondente.

4

**Art. 13** Os Poderes Executivo e Legislativo elaborarão e publicarão o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, conforme estabelece os artigos 52 e 53, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

### CAPÍTULO III DA PROGRAMAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Art. 14** A elaboração e o controle orçamentário ficarão centralizados na Secretaria de Planejamento a quem compete promover as alterações previstas na Lei Orçamentária, bem como os ajustes porventura requeridos pela política governamental do Município.

**Art. 15** Compete aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes solicitar à Secretaria de Planejamento a abertura de créditos adicionais em favor das unidades integrantes da estrutura básica dos respectivos órgãos, sempre que a Realocação de Recursos desrespeitar a Classificação Institucional, Funcional-Programática, a Categoria Econômica de Despesa e o Grupo de Natureza de Despesa, constituindo dessa forma uma Reprogramação Orçamentária que será operacionalizada pelo órgão central de planejamento através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF.

**Parágrafo Único** – A Realocação de Recursos entre Elementos de Despesa, respeitada a Classificação Institucional, Funcional-Programática, a Categoria Econômica de Despesa e o Grupo de Natureza de Despesa, não constitui Reprogramação Orçamentária, mas tão só ajuste contábil, que será operacionalizado através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF, pelo Órgão/Entidade solicitante.

**Art. 16** Respeitado o disposto na Lei nº 4.320/64 e o art. 129, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, combinado com o limite fixado nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei 14.425, de 21 de janeiro de 2022, os expedientes para abertura de créditos adicionais serão encaminhados através da abertura de Processo Próprio pelo Sistema IDOC, destinados ao setor SEPLAN-DPO, devendo conter:

I – ofício com justificativa comprovada da necessidade de abertura de crédito suplementar e de reprogramação;

II - indicação dos recursos disponíveis para cobertura orçamentária do crédito proposto;

5

III - saldo das dotações orçamentárias a serem suplementadas, reprogramadas ou canceladas;

IV - indicação do órgão/unidade, projeto/atividade a que pertencer o elemento de despesa a ser suplementado, reprogramado ou cancelado.

§ 1º - A Secretaria de Planejamento, através da Diretoria de Programação Orçamentária – DIPROR, dará parecer conclusivo sobre a matéria de que trata este artigo e elaborará decreto necessário ao seu atendimento.

§ 2º - A falta de quaisquer das condições estabelecidas no “caput” deste artigo, acarretará a devolução ao Órgão solicitante do pedido em apreço, para que o mesmo possa fazer as correções que se fizerem necessárias.

**Art. 17** As dotações destinadas às despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, só poderão constituir fonte de compensação para abertura de Créditos Adicionais destinados às despesas Correntes e de Capital no último quadrimestre do exercício corrente, mediante autorização legislativa.

**Art. 18** Durante a execução orçamentária do exercício de 2022, as dotações previstas para os Serviços da Dívida, só poderão ser canceladas ou anuladas com o objetivo de atender a outras finalidades, Instrumentos Orçamentários do Remanejamento, Transposição e Transferência com a autorização legislativa, desde que a Unidade Orçamentária comprove, perante a Secretaria de Planejamento, a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas previstas para os Serviços da Dívida até o final do exercício, exceto quanto das dotações destinadas à Câmara Municipal de João Pessoa.

**Art. 19** O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade, respeitado a Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, bem como o § 7º, do artigo 30, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 20** De acordo com o que estabelece o art. 47, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - Nº 14.196, de 26 de julho de 2021, as dotações orçamentárias consignadas às Funções Educação e Saúde, esta última devidamente adequada a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, somente poderão ser usadas como fontes transferidoras de recursos para outras funções de governo, a partir do último quadrimestre do exercício financeiro do ano em curso, excetuando-se as reprogramações efetuadas dentro destas mesmas funções, e por autorização efetuada através de Lei Específica.

6

**Art. 21** As dotações oferecidas para cancelamento pelas unidades orçamentárias não poderão ser empenhadas antes da publicação da reprogramação no Semanário Oficial do Município.

**Art. 22** As solicitações para abertura de Créditos Adicionais somente poderão ser feitas a partir do primeiro dia útil de março do presente exercício financeiro, exceto em casos especiais devidamente justificados e autorizados pelo Secretário de Planejamento.

**Parágrafo Único.** O prazo para recebimento das solicitações de que trata este artigo estender - se - á até 23 de dezembro do ano em curso.

**Art. 23** As Receitas Ordinárias do Município poderão ser corrigidas durante a execução orçamentária desde que ocorra variação percentual positiva verificada entre as Receitas Ordinárias Previstas e as efetivamente arrecadadas.

**Parágrafo Único.** Os valores corrigidos explicitados no artigo anterior deverão ser usados para reforçar despesas consideradas insuficientes no decorrer do presente exercício financeiro.

**Art. 24** Os Créditos Orçamentários destinados às despesas com Emendas Parlamentares Impositivas não poderão constituir recursos compensatórios para abertura de Créditos Adicionais salvo, prévia e específica autorização legislativa, conforme disposto no § 3º, do Artigo 22 da Lei nº 14.196, de 26 de julho de 2021 – LDO/2022.



## Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: Cícero de Lucena Filho

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Sec. de Gestão Governamental: Diego Tavares de Albuquerque

Secretaria de Administração: Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria de Saúde: Margareth de Fátima Formiga M. Diniz

Secretaria de Educação: Maria América Assis de Castro

Secretaria de Planejamento: José William Montenegro Leal

Secretaria das Finanças: Bruno Sítio Fialho de Oliveira

Secretaria de Desenv. Social: Felipe Matos Leitão

Secretaria de Habitação: Maria Socorro Gadelha

Secretaria de Comunicação: Marcos Vinícius Sales Nóbrega

Controlad. Geral do Município: Diego Fabrício C. de Albuquerque

Secretaria de Direitos Humanos: João Carvalho da C. Sobrinho

Procuradoria Geral do Município: Bruno Augusto A. da Nóbrega

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: Rougier Xavier G.

Secretaria da Receita: Sebastião Feitosa Alves

Secretaria da Infra Estrutura: Rubens Falcão da Silva Neto

Sec. do Trabalho, Produção e Renda: Vaulene de Lima Rodrigues

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: Kaio Márcio Ferreira Costa

Secretaria de Turismo: Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: Ivonete Porfírio Martins

Sec. de Desenvolvimento Urbano: Antônio Fábio Soares Carneiro

Sec. da Ciência e Tecnologia: Edvaldo de Vasconcelos Vieira da Rocha

Secretaria de Meio Ambiente: Welison Araújo Silveira

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: João Almeida Carvalho Júnior

Secretaria da Defesa Civil: Kelson de Assis Chaves

Suprerint. de Mobilidade Urbana: George Ventura Moraes

Autarq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Instituto de Previdência do Munic.: Caroline Ferreira Agra

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

# SEMANÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - Orleide Maria de O. Leão  
Designer Gráfico - Emilson Cardoso e Tayame Uyara

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental e Articulação Política - Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766  
semanariojp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal nº 617, de 21 de agosto de 1964  
Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

#### CAPÍTULO IV DOS ADIANTAMENTOS E DA CONCESSÃO

**Art. 25** Respeitados os limites de quotas fixadas na Programação Financeira de Desembolso, poderão ser atendidos pelo regime de adiantamento, sujeito à prestação de contas, as despesas previstas para Diárias Civil, Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas do Orçamento Municipal.

**Art. 26** As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remotos, correrão pelos itens orçamentários próprios e seguirão o processamento normal da despesa.

**Art. 27** É vedado o pagamento através do Regime de Adiantamento, da prestação de serviços de conserto, adaptação, conservação ou manutenção de bens móveis ou imóveis, no caso em que haja empresas contratadas por esta Prefeitura para efetuar a sua prestação.

**Art. 28** O regime de adiantamento é aplicável, a critério da Administração, na satisfação de qualquer despesa extraordinárias ou urgentes, ou por qualquer motivo, que não possam subordinar-se ao processo normal do emprego da dotação, e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre procedida da emissão da Nota de Empenho, à conta de dotação própria, após a liquidação pelos serviços de contabilidade competentes.

**Art. 29** A liquidação de Despesa da Administração Direta ficará centralizada na Secretaria de Finanças.

#### CAPÍTULO V DOS CONVÊNIOS, CONTRATOS, ACORDOS, AJUSTES OU SIMILARES

**Art. 30** Os titulares dos órgãos que integram a estrutura organizacional da edilidade municipal ficam autorizados a assinar convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares para execução de obras e/ou prestação de serviços em suas respectivas áreas.

**Art. 31** No caso de convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares ou quaisquer outros instrumentos contratuais que envolvam compromissos financeiros de responsabilidade do Município ou se vincule à transferência a ser efetuada ao Município, deverá a Secretaria Municipal de Planejamento ser previamente comunicada.

**Art. 32** Os convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares deverão ser publicados no Semanário Oficial do Município ou em outro veículo de comunicação oficial, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da sua assinatura, deverão ter seus extratos contendo os seguintes elementos:

- I - espécie e número do documento;
- II - nome dos contratantes ou convenientes;
- III - resumo do objeto do convênio, contrato, acordo, ajuste ou similares;
- IV - crédito pelo qual correrá a despesa;
- V - prazo de vigência;
- VI - data de assinatura;
- VII - nome dos signatários.

**Art. 33** Os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares serão escriturados como receitas do Município, em contas bancárias específicas, e objetivando a execução dos mesmos.

**Parágrafo Único.** As despesas bancárias decorrentes de transferências de recursos de convênio, contratos, acordos, ajustes ou similares correrão à conta desses recursos, salvo disposição contratual em contrário.

**Art. 34** Fica vedada a assinatura de convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares que:

- I - façam referência a prazos ou condições para repasse de recursos, sem fixar o correspondente cronograma de execução física;
- II - não especificam as obras ou serviços a serem executados, nem os materiais a serem adquiridos.

**Parágrafo Único.** O pagamento de cada parcela relativa a convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares deverá observar o cronograma físico - financeiro estabelecido e o que dispõe este Capítulo.

**Art. 35** Os Órgãos ou Entidades convenientes ou contratantes encaminharão cópia do convênio, contrato, acordo, ajuste ou similar à Divisão de Convênios, setor integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento para fins de acompanhamento, controle e avaliação.

Assinado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SÍTÔNIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa1fdoc.com.br/verificacao/8487-A856-030C-EEEB> e informe o código 6487-A856-030C-EEEB

**D**

Assinado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SÍTÔNIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa1fdoc.com.br/verificacao/8487-A856-030C-EEEB> e informe o código 6487-A856-030C-EEEB

**D**

**Art. 36** As prestações de contas de recursos de convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares deverão ser elaboradas pelos respectivos executores e remetidas, cópias, ao Tribunal de Contas do Estado e a Secretaria Municipal de Planejamento.

#### CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

**Art. 37** A Controladoria Geral do Município será a responsável pela análise das Prestações de Contas, que adotará providências para ampla verificação da gestão fiscal, no que concerne:

I - ao cumprimento no que couber do disposto nos artigos 58 e 59, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - ao aspecto formal de processualística;

III - ao aspecto físico do cumprimento da obrigação, quando se tratar de obras, prestação de serviços ou fornecimento de bens.

**Art. 38** O Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que determina o inciso I do § 1º, do artigo 51, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhará a consolidação de suas contas ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, até 30 de abril do ano subsequente ao fechamento do exercício financeiro passado.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 39** A criação, expansão ou aperfeiçoamento da Ação Governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação com a Lei

10

Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

**Parágrafo Único** - Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, ou seja, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/1993.

**Art. 40** Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Planejamento, autorizado a incluir e a proceder alterações de ordem qualitativa na Estrutura da Natureza da Despesa, sejam elas na Categoria Econômica, no Grupo de Natureza de Despesa, na Modalidade de Aplicação e/ou no Elemento de Despesa, em eventuais impropriedades, se detectadas, durante a fase de Execução Orçamentária relativa ao exercício financeiro de 2022, tanto na Lei Orçamentária Anual, como no Plano Plurianual, adequando-os aos preceitos da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações.

**Art. 41** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2022.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em  
de 24 janeiro de 2022.**

CÍCERO LUCENA FILHO  
PREFEITO

JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL  
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

BRUNNO SÍTÔNIO FIALHO DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO DAS FINANÇAS

11

Assinado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SÍTÔNIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa1fdoc.com.br/verificacao/8487-A856-030C-EEEB> e informe o código 6487-A856-030C-EEEB

**D**

Assinado por 3 pessoas: JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL, BRUNNO SÍTÔNIO e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://joaopessoa1fdoc.com.br/verificacao/8487-A856-030C-EEEB> e informe o código 6487-A856-030C-EEEB

**D**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6487-A856-039C-EDE3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JOSÉ WILLIAM MONTENEGRO LEAL (CPF 299.XXX.XXX-87) em 21/02/2022 11:42:41 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ BRUNNO SITONIO (CPF 029.XXX.XXX-83) em 21/02/2022 11:57:19 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/03/2022 09:27:47 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6487-A856-039C-EDE3>

### CONVÊNIO Nº. 003/2022

**CONVÊNIO Nº. 003/2022 PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E BRB CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., MEDIANTE AS CLÁUSULAS A SEGUIR AVENÇADAS:**

**CONVENENTE:** A Prefeitura Municipal de João Pessoa, entidade de Direito Público, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1.777 – Água Fria, João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob nº. 08.806.721/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional, **SRº CÍCERO DE LUCENA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 344713 - SSP/PB e CPF nº 142.488.324-53 e o Secretário de Administração, **SRº ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES**, brasileiro, portador do RG nº 1721594 - SSP/PB e CPF nº. 007.375.014-05.

**CONVENIADA:** BRB CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, inscrita no CNPJ nº. 33.136.888/0001-43, endereço: SBS Q 01 QL E, ED Brasília, SN, 3º andar parte-Plano Piloto – Brasília/DF, CEP Nº 70072-900, por seu representante legal, o **SRº CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES**, brasileiro, portador do RG nº 391627 SSP/PB e CPF nº 274.608.784-72, denominado simplesmente **CONVENIADO**, firmam o presente **CONVÊNIO**, destinado à celebração de **Empréstimos em Consignação em Folha** de Pagamento dos Servidores do Município de João Pessoa.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente CONVÊNIO tem por objeto a prestação de serviços, pela CONVENIADA, a oferta de Empréstimo Consignado destinados aos (às) servidores (as) e empregados(as) públicos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, conforme *alínea a*, inciso II. Do art. 7º, do Decreto Municipal nº. 9.371/2019, segundo as normas instituídas pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo primeiro:** São considerados servidores e empregados públicos, para todos os efeitos do presente convênio, os (as) servidores (as) efetivos (as).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- Lei Municipal Nº. 2.380 de 26.03.79 (Estatuto do Servidor);
- Decreto Municipal nº. 9.371/2019.
- Lei Complementar nº. 59, de 29 de março de 2010.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES PARA APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO:

As consignações dispostas na Cláusula Primeira se darão mediante solicitação do Servidor, conforme os procedimentos seguintes, de conformidade com o Art. 60, incisos e §1º, §2º e §3º do Decreto nº. 9.371/2019.

I - Após selecionar o produtor/serviço a ser consignado, o servidor dirige-se a uma das consignatárias conveniadas;

II - A consignatária acessa o sistema de consignações, com senha específica;

III - A consignatária pesquisa a margem calculada do servidor a partir de matrícula e CPF fornecido pelo mesmo;

IV - O consignado assina o contrato de consignação ou autorização eletrônica de desconto com a consignatária de acordo com a margem pesquisada;

V - A consignatária preenche, no sistema de consignações, o valor e o número de parcelas a serem descontadas e confirma a operação de acordo com os procedimentos do sistema.

§1º - O sistema de consignações impossibilitará a inclusão de valores que extrapolem os limites e prazos definidos no capítulo III, seções I e II.

§ 2º - A Prefeitura de João Pessoa não se responsabilizará pelas consignações enviadas pelas consignatárias através do sistema de consignações e não averbadas por motivos inerentes ao consignado por insuficiência salarial devido a descontos por faltas, demissões, falecimentos e outras perdas.

§ 3º - As consignatárias obrigam-se a disponibilizar ao consignante, a qualquer tempo, cópia autenticada do contrato de consignação assinado pelo consignado, sem qualquer custo para este ou em caso de assinatura digital, o comprovante da contratação.

**Parágrafo Primeiro:** Ocorrendo contestação do Servidor sobre o valor do desconto no contracheque referente à consignação objeto deste Convênio, a **CONVENIENTE** solicitará à **CONVENIADA**, cópia do Contrato, no prazo de 48 horas, contados da notificação, com a finalidade de esclarecer dúvidas, tomando as providências que se fizerem necessárias.

**Parágrafo Terceiro:** A transação estará sujeita aos juros e demais encargos praticados no mercado e estabelecidos nos termos de adesão, devendo ser informado à SEAD, detalhadamente, para divulgação das taxas e dos encargos praticados.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO DO EMPRÉSTIMO:

O tomador do Empréstimo autorizará o desconto na sua remuneração mensal, do valor da prestação, quando da celebração do contrato, implicando seu consentimento irrevogável e irretroatável, vedadas à interrupção das deduções até o pagamento final de todas as parcelas/empréstimo.

**Parágrafo único:** Em havendo indícios de prática de atos ilícitos por parte dos servidores da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e/ou, inclusive da **CONVENIADA**, que possam causar danos ao erário ou à instituição financeira ora **CONVENIADA**, deverá ser instaurada sindicância e, se necessária, a abertura do devido processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de sanções penais cabíveis.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE CO-RESPONSABILIDADE DA CONVENIENTE PELOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS:

A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade da Administração Pública Municipal, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto à **CONVENIADA**, sob nenhuma hipótese.



**CLÁUSULA SEXTA – DA FIXAÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL:**

Fica estabelecido o percentual de 30% (trinta por cento) dos rendimentos fixos mensais para empréstimo, sobre os vencimentos ou proventos líquidos dos servidores Municipais, elencados no parágrafo primeiro da Cláusula primeira do presente convênio, como **MARGEM CONSIGNÁVEL** para o desconto da prestação da amortização do empréstimo e/ou cartão de crédito respectivamente, segundo preconiza o Art. 8º, inciso I do Decreto Municipal nº. 9.371/2019 e Art. 155, *caput*, da Lei nº. 2.380/79 (Estatuto do Servidor), em consonância com o Art. 68 da Lei Complementar 59/2010.

**Parágrafo Primeiro:** Quando da liquidação do saldo devedor pelo servidor, a Instituição financeira tem 48 (vinte e quatro) horas para liberação da margem consignada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:**

Repassar à **CONVENIADA**, até o dia 20 do mês subsequente ao vencido, os valores das prestações descontadas em folha, em razão do empréstimo objeto deste convênio.

**Parágrafo único:** Uma vez descontados dos mutuários/servidores as parcelas do empréstimo, o não repasse à **CONVENIADA** caracterizará apropriação indébita dos referidos valores por parte da **CONVENIENTE**.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:**

- a) Pagar à **CONVENIENTE** o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) em razão dos custos operacionais referentes aos descontos nos contracheques e outros, sendo este valor deduzido do valor mensal das consignações a ser repassado à **CONVENIADA**, nos termos do art. 32 do Decreto nº. 9.371/2019.
- b) Informar, por escrito, e no prazo de 48h (quarenta e oito horas), o valor do saldo devedor do empréstimo, quando solicitado pelo servidor.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:**

O prazo de vigência do presente convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:**

Qualquer das partes, sem qualquer ônus, poderá rescindir o presente convênio, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** A rescisão a que se refere esta cláusula surtirá efeitos imediatos, sem prejuízo do cumprimento integral dos contratos firmados e ainda pendentes de total liquidação, sendo que a **CONVENIENTE** continuará a promover os descontos em folha de pagamento dos seus servidores, bem como o repasse em favor da **CONVENIADA**, oriundos das operações de empréstimos contratados pelos servidores, até a integral liquidação dos débitos junto à **CONVENIADA**, ainda que rescindido o presente convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):**

1.1. Caso a execução deste Convênio requeira que a **CONVENIENTE** efetue qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, isto é, que faça uso de informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, a **CONVENIENTE** se obriga a *cumprir as normas de proteção de dados aplicáveis à espécie, notadamente a Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 (a Lei Geral de Proteção de Dados - "LGPD")*.

1.2. A **CONVENIENTE** expressamente declara que:

- (i) implantou programa de governança em privacidade, e que está plenamente aderente à LGPD;
- (ii) efetuou o mapeamento de todas as suas operações de tratamento de dados, e que nenhum dado pessoal é tratado à míngua do devido enquadramento em pelo menos uma das hipóteses legais previstas no artigo 7º, da LGPD, e do respeito aos princípios norteadores do artigo 6º, da LGPD;
- (iii) possui estrutura operante para recepcionar e atender, de forma adequada, petições e/ou comunicações dos titulares de dados pessoais, nas quais seja exigido o atendimento a qualquer dos direitos previstos na LGPD;
- (iv) adota todas as medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais tratados, de acordo com as melhores práticas de tecnologia e segurança da informação;

(v) se enquadra na condição de operadora de dados pessoais, vinculada a **CONVENIADA**, realiza todo e qualquer tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme as orientações que lhe são fornecidas, para a finalidade de cumprir as obrigações contratuais ora pactuadas;

(vi) nomeou um Encarregado (DPO), o qual está apto a atuar como canal de comunicação os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (a "ANPD");

(vii) possui Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes com vazamento de dados, bem como Comitê de Gestão de Crises, ambos ativos e operantes e liderados pelo seu Encarregado (o "DPO").

1.3. Em caso de exposição/vazamento de dados ou outra violação à LGPD, decorrente do tratamento de dados pessoais da **CONVENIADA** pelo **CONVENIENTE**, esta obriga-se a comunicar o fato imediatamente a **CONVENIADA**, para que esta tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do incidente por qualquer uma das Partes.

1.4. A **CONVENIENTE** obriga-se a guardar registro de todas as operações de tratamento de dados efetuados em razão do cumprimento deste Convênio, e a compartilhá-los com a **CONVENIADA**, de forma estruturada, mediante solicitação escrita.

1.5. Uma vez terminado este Convênio, a **CONVENIENTE** obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de execução deste Convênio, inclusive backups e arquivos externos, isentando a **CONVENIADA** de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término deste Contrato.

1.6. Caso, para cumprimento deste Convênio, seja necessário realizar qualquer transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais de/para terceiros, a Contratada se compromete a informar a **CONVENIADA**, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que autorize a referida prática pela **CONVENIENTE**, que somente poderá ser realizada após autorização expressa do **CONVENIADA**,

1.7. Sem prejuízo do disposto acima, caso o **CONVENIENTE** autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros, que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a Contratada se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente à subcontratada todas as suas obrigações previstas no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Convênio.


1.8. A **CONVENIENTE** se compromete a isentar a **CONVENIADA** de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das obrigações da **CONVENIENTE** no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Convênio, cabendo à **CONVENIENTE** arcar, com exclusividade, com o pagamento das quantias que, eventualmente, o **CONVENIADA** seja obrigado a desembolsar em decorrência de condenações judiciais, sanções administrativas, multas, compensações, juros, danos e prejuízos em geral."

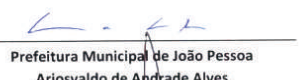
**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:**

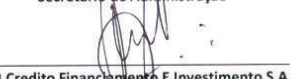
Fica eleito pelas partes, com a renúncia de qualquer outro, o Foro de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, para dirimir questões e controvérsias provenientes do presente Convênio.

Assim ajustados, firmam o presente convênio, em 03 (três) vias de igual teor, em presença das testemunhas abaixo:

João Pessoa, 15 de fevereiro de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Cícero de Lucena Filho  
Prefeito do Município

  
\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

  
\_\_\_\_\_  
BRB Credito Financiamento E Investimento S.A.  
Carlos Antônio Vieira Fernandes  
Presidente

## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
RG Nº.: \_\_\_\_\_  
CPF Nº.: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_  
RG Nº.: \_\_\_\_\_  
CPF Nº.: \_\_\_\_\_

PORTARIA Nº. 1623

Em, 24 de fevereiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso das atribuições previstas no art. 60, inciso V e art. 76, inciso II, letra c, da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, Lei 13.775 de 04 de julho de 2019, e modificações posteriores, e tendo em vista o que consta do Memorando nº 17749/2022.

## RESOLVE:

I – Alterar a simbologia das Funções de Confiança de Diretor Administrativo e Diretor Pedagógico das Escolas Municipais conforme relação em anexo da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria entrará em vigor a partir de 1 de março de 2022.

CICERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito

ANEXO PORTARIA Nº 1623 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

mat	nome	função de confiança	simbologia	nome escola
55927	WELLINGTON MAGNOLIA LACERDA LEITE DE ANDRADE	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF AMERICO FALCAO
59098	LUCIANA BARBOSA DA SILVA COSTA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF AMERICO FALCAO
69131	CLAUDIELA SILVA DE ARAUJO NOBREGA	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF ANA CRISTINA ROLIM
83075	ADRIANO SOARES DA SILVA	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF ANA CRISTINA ROLIM
54469	MARIA DE LOURDES DE FIGUEIREDO OLIVEIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF ANIBAL MOURA
17158	MARIA DO SOCORRO GOMES BEZERRA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF ANISIO TEIXEIRA
82580	SILVIA KARLA BATISTA DE MACENA MARTINS DOS SANTOS	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF ANISIO TEIXEIRA
155829	ESUALDO NOBREGA DO NASCIMENTO	Diretor Administrativo	FCDE-3	EMEF ANTONIO NAVARRO
234788	FRANCINETE ELTA BRASIL	Diretor Pedagógico	FCDE-3	EMEF ANTONIO NAVARRO
822328	LUPERCIA LEANI SOARES	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF AUGUSTO DOS ANJOS
828114	ALAN DE ARAUJO BRITO	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF AUGUSTO DOS ANJOS
559148	SHEILA CAVALCANTE DE MEDEIROS	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF BARTOLOMEU DE GUSMAO
396680	PALOMA GADELHA CAVALCANTE DE OLIVEIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF BARTOLOMEU DE GUSMAO
292711	BITA DE CASSIA DE OLIVEIRA TAVARES	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF CARLOS NEVES DA FRANCA
680953	CLAUDINEIDE DA SILVA PESSOA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF CARLOS NEVES DA FRANCA
595588	KARLA PATRICIA LIMA DA SILVA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF CELSO FURTADO
598461	LUCIANA LIMA DA CUNHA BELTRAO	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF CELSO FURTADO
396699	MARIA DO SOCORRO O. P. PATRICIO	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF CHICO XAVIER
690694	CARLA ISMENIA MOURA DUQUETTES	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF CHICO XAVIER
547271	ELIANE MARIA BARBOSA DE MENDONÇA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF CONEGO JOAO DE DEUS
820784	CATARINA LUCIA VIEIRA KRAIJO	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF CONEGO JOAO DE DEUS
310191	FRANCISCA KELCIA DE OLIVEIRA SILVA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF DUQUE DE CAXIAS
822728	MITCHELLY FERREIRA CARNEIRO DA CUNHA MORAES	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF DUQUE DE CAXIAS
684438	HELOISA CRISTINA DE ARAUJO ANDRADE COUTINHO	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF EDMÉ TAVARES
821630	FERNANDO AUGUSTO GONCALVES SOARES	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF EDMÉ TAVARES
296210	LUCIDALVA ALVES DE MENEZES	Diretor Administrativo	FCDE-3	EMEF FENELON CAMARA
558036	SULEY JULIO DE OLIVEIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-3	EMEF FENELON CAMARA
241717	RENALDO CORREIA DE MELO SILVA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF FRED AROSO
253926	MARIA DAS GRAÇAS ALVES	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF FRED AROSO
397220	JOAQUIM TRIGUEIRO DE ALMEIDA FILHO	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF JOAO GADELHA DE O FILHO
598631	NERCONILDO PEREIRA VAZ	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF JOAO GADELHA DE O FILHO
595322	STENIA TASSIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF JOAO S. C. DE OLIVEIRA
690708	SALMARA BARBOSA FERREIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF JOAO S. C. DE OLIVEIRA
156957	ELIANE CABRAL DO NASCIMENTO LISBOA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF JOAO XXIII
253081	ELIZABETE JUDITE DO CARMO	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF JOAO XXIII
691188	MARIA GORETTE SANTOS DE ARAUJO	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF JOSE AMERICO
824054	ANDREA KARLA DE SOUZA GONZAGA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF JOSE AMERICO
98485	LUCIA MARQUES DE MELO	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF JOSE DE BARROS MOREIRA
248991	MIRTES CARVALHO MACHADO	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF JOSE DE BARROS MOREIRA
310561	BITA DE CASSIA MORAES	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF LUIZ VAZ DE CAMPOS
827738	ALINE SOARES MEDEIROS MANGUEIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF LUIZ VAZ DE CAMPOS
78603	JOSE MARCELO ALVES DE LIMA	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF LYNALDO CAVALCANTE
827240	VALDENICE EDVINGEM DA CONCEICAO	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF LYNALDO CAVALCANTE
173500	MARIA DE LOURDES DE LIMA SILVA	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF MARCELO P. CAVALHEIRA
822418	GRAZIELLY MARTINS PEREIRA DE SOUSA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF MARCELO P. CAVALHEIRA
248665	ANA CESARIANA DE SOUSA	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF MONTEIRO LOBATO
252389	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF MONTEIRO LOBATO
259581	CHRILEY DE SOUSA SALES MARTINS	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF PAULO FREIRE
598372	SIMONE FERRAZ PEREIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF PAULO FREIRE
166782	LIZENILDA PEREIRA DE ALMEIDA ADELINO	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF PEDRA DO RENO
823464	MARTA FERREIRA LIMA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF PEDRA DO RENO
593930	ADRIANA BASTOS OLIVEIRA	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF PREF DAMASIO FRANCA
821993	SILVIANA MICHELLE CAUPEDES DE BRITO	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF PREF DAMASIO FRANCA
390402	ANGELA CRISTINA GOMES COSME DE MEDEIROS	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF PROF LUIZ MENDES
553328	CARLOS ALBERTO VIRGINIO BARBOSA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEF PROF LUIZ MENDES
316799	ALBA MARIA PEREIRA RODRIGUES	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF PROF DUMERVAL TRIGUEIRO MENDES
824127	VIVIANE LIMA DE ABREU	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF PROF DUMERVAL TRIGUEIRO MENDES
390612	JAVINA JUSSARA BORGES GUEDES MOURA	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF RADEGUNDIS FEITOSA
644476	DIANA REGINA MIRANDA VIEIRA GUIMARAES	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEF RADEGUNDIS FEITOSA
555118	ANDRÉ FELIX DO ALMARAL	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF RAIMUNDO NONATO
827754	ADRIA KARLA CAVALCANTE SANTOS DO NASCIMENTO	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF RAIMUNDO NONATO
118468	MARIA CLIDE FERREIRA DOS SANTOS	Diretor Administrativo	FCDE-2	EMEF SANTA ANGELA
296176	TOMMY DE ANDRADE ALVES	Diretor Pedagógico	FCDE-2	EMEF SANTA ANGELA
258571	VERA LUCIA DOS SANTOS SILVA	Diretor Administrativo	FCDE-1	EMEFIEF PROF OSCAR DE CASTRO
397645	CLEIDIVANE MARQUES BRONZATO DE MOURA	Diretor Pedagógico	FCDE-1	EMEFIEF PROF OSCAR DE CASTRO

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2022

CICERO DE LUCENA FILHO  
Prefeito



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7057-F5D6-7EA9-C4B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CICERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 04/03/2022 09:15:06 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7057-F5D6-7EA9-C4B5>

SEAD

PORTARIA Nº 118

Em, 25 de fevereiro de 2022

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 4.771, de 20 de janeiro de 2003, artigo 19 da Lei Complementar nº 59/2010 e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 18775/2022.

**R E S O L V E:** de acordo com o inciso I, artigo 95 da Lei nº 2380 de 26 de março de 1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa) exonerar, a pedido, ALAIDE COSTA SANTIAGO LINS, matrícula nº 83066-6, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

ARIOVALDO DE ANDRADE ALVES  
Secretário da Administração



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0573-5225-5ACD-EBA9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 25/02/2022 15:30:12 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0573-5225-5ACD-EBA9>

## PROGEM

### ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB – realizada aos 13 de dezembro de 2021.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte um, às 10:00hs, foi realizada reunião, por videoconferência, da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB**, presidida pelo Dr. Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega (Procurador-Geral do Município) e composta pelos seguintes membros titulares: Dr. Danilo de Sousa Mota (Procurador-Geral Adjunto do Município), Drª Livia Meira Toscano (Procuradora do Município), Drª Nubia Athenas Arnaud (Procuradora do Município). Participou ainda da reunião Dr. Leon Delácio de O. e Silva (Procurador-Chefe da Central de Conciliação do Município de João Pessoa).

Verificado o quórum regular pelo Presidente da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS, e com a presença do Dr. Leon Delácio de Oliveira e Silva, Chefe da Central de Conciliação da PGM/JP, foram iniciados os trabalhos para tratar dos pontos da pauta, quais sejam, a **análise da relação preliminar de credores que apresentaram propostas de acordo direto**, com base no **EDITAL TJPB 01, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021**, independentemente do ano de inscrição do crédito na ordem cronológica de pagamento, bem como os processos administrativos conexos, os quais foram colocados em votação, ficando decidido o seguinte:

1. Processo administrativo nº 2021/129657, Precatório nº. 4002873-18.2017.8.15.0000 Processo Original nº 0022679-75.2004.815.2001, que tem como credora **MARIA DO CARMO MARQUES DE ARAÚJO**, verifica-se, através do Parecer Jurídico nº 006/2021, que foram atendidas as exigências previstas na Lei Municipal nº 13.665, de 12 de novembro de 2018, no Edital nº 01/2021, bem como na Resolução CNJ nº 303/2019. Constatou-se pela lista de credores do Município que a requerente se encontra na posição 80, precatório alimentar, 23/08/2017, orçamento de 2019. Por fim, verificou-se, no sistema de arrecadação municipal (STAR) que a requerente é devedora do Município, no importe de R\$ 5.873,49 (cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos), dívida tributária oriunda de IPTU e TCR do imóvel de inscrição 055343 e, de acordo com o item 7.1 do Edital TJPB 001/2021 c/c art. 105 do ADCT é possível que haja compensação no acordo em tela. Assim, diante da viabilidade da proposta de acordo direto com deságio de 40%, havendo a compensação tributária dos débitos conforme previsão do item 7.1 do edital, conforme documentação em anexo ao processo administrativo, opina-se pelo de seu DEFERIMENTO;

2. Processo administrativo: 2021/129662, Precatório nº. 0809200-72.2021.8.15.0000, Processo Original nº 0808642 -87.2016.8. 15.2001, que tem como credora **ALANNY ALINNY DE CARVAHO LACERDA BEZERRA**, verifica-se, através do Parecer Jurídico nº 007/2021, que foram atendidas as exigências previstas na Lei Municipal nº 13.665, de 12 de novembro de 2018, no Edital nº 01/2021 e na Resolução CNJ nº 303/2019. Constatou-se pela lista de credores do Município que a requerente se encontra na posição 200, precatório alimentar, 29/06/2021, orçamento de 2022 de forma que se opina pelo seu DEFERIMENTO;

3. Processo administrativo nº 2021/125145, Precatório nº 4000608-09.2018.8.15.0000, que tem como credora **GRAZIELA LEAL CUNHA**, verifica-se, através do Parecer Jurídico nº 005/2021, a possibilidade de afirmação, consultando os autos do precatório nº 4000608-09.2018.8.15.0000, que a cessão de crédito operada entre a credora originária, Marion Nilza Magalhães Galdino, e a cessionária, Graziela Leal Cunha, apesar de devidamente lavrado em instrumento de escritura pública (documento anexo), ainda não foi objeto de análise pela presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em que pese existir petição contendo tal pleito. Diante do silêncio do tribunal competente para deliberar sobre o pedido de habilitação da sucessora do crédito, restringindo-se aos limites do processo de precatório nº. 4000608-09.2018.8.15.0000, por cautela e, em atenção ao art. 308, Código Civil, não se revela aconselhável deferir a celebração de acordo que culmine com o pagamento de valores, frustrando eventual pretensão de alguma das partes envolvidas e ocasionando possível prejuízo ao Município de João Pessoa. Assim, com fundamento no art. 18, Lei Municipal nº. 13.665/2019, juntamente com a ausência de preenchimento do item 3.6, III, edital 01/2021 TJPB, motiva-se o INDEFERIMENTO da proposta de acordo;

4. Processo administrativo nº 2021/124618, Precatório nº 00908/2019, Processo precatório no TRT/13 nº 1354800-36.20195.13.0000, que tem como credora **JOSEFA FABIANA DOS SANTOS**, verifica-se através do Parecer Jurídico nº 008/2021, que o precatório em epígrafe derivou de reclamação trabalhista (processo original nº. 0000509-69.2017.5.13.0026) que tramitou perante a 5ª vara do trabalho de João Pessoa. Concluída a marcha processual, restou confirmada a obrigação de pagar quantia certa em favor da reclamante, sendo, então, expedido ofício requisitório ao tribunal onde o juízo solicitante está vinculado, qual seja, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Isto posto, consigna-se que o crédito apresentado faz parte do acervo de precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, órgão diverso do responsável pelo edital em vigor - TJPB, motivo de seu INDEFERIMENTO;

Por fim, de acordo com o item 6.6 do Edital TJPB 001/2021, de 25 de novembro de 2021, dá-se o **prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações** após a divulgação no Semanário Oficial do Município da lista preliminar, as quais deverão ser feitas através do e-mail **progem@joaopessoa.pb.gov.br** ou **fisicamente**, no **protocolo da Procuradoria Geral do Município**.

Nada mais a tratar, o presidente dá por encerrada a sessão.

João Pessoa, em 13 de dezembro de 2021.

**Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega**

Procurador Geral do Município

Presidente da Câmara de Precatórios do Município

**Danilo de Sousa Mota**

Procurador Geral Adjunto

Membro da Câmara de Precatórios do Município

**Livia Meira Toscano**

Procuradora do Município

Membro da Câmara de Precatórios do Município

**Núbia Athenas Arnaud**

Procuradora do Município

Membro da Câmara de Precatórios do Município

**Leon Delácio de Oliveira e Silva**

Procurador do Município

Chefe da Central de Conciliação da PGM/JP



## LISTA PRELIMINAR DE ACORDOS

## CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB

A Câmara de Conciliação de Precatórios do Município de João Pessoa/PB, instituída no âmbito da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa – PGM/JP, nos termos previstos na Lei Municipal nº 13.665, de 12 de novembro de 2018, com fulcro no Edital TJPB nº 01/2021, bem como na Resolução CNJ nº 303/2019, torna pública a seguinte **lista preliminar de propostas de acordos diretos**, que foram **DEFERIDAS**:

1. Processo administrativo nº 2021/129657, Precatório nº. 4002873-18.2017.8.15.0000 Processo Original nº 0022679-75.2004.815.2001, que tem como credora **MARIA DO CARMO MARQUES DE ARAÚJO**;
2. Processo administrativo: 2021/129662, Precatório nº. 0809200-72.2021.8.15.0000, Processo Original nº 0808642 -87.2016.8. 15.2001, que tem como credora **ALANNY ALINNY DE CARVAHO LACERDA BEZERRA**.

João Pessoa-PB 13 de dezembro de 2021.

## LISTA PRELIMINAR DE ACORDOS INDEFERIDOS

## CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB

A Câmara de Conciliação de Precatórios do Município de João Pessoa/PB, instituída no âmbito da Procuradoria Geral do Município de João Pessoa – PGM/JP, nos termos previstos na Lei Municipal nº 13.665, de 12 de novembro de 2018, com fulcro no Edital TJPB nº 01/2021, bem como na Resolução CNJ nº 303/2019, torna pública a seguinte **lista preliminar de propostas de acordos diretos**, que foram **INDEFERIDAS**:

1. Processo administrativo nº 2021/125145, Precatório nº 4000608-09.2018.8.15.0000, que tem como credora **GRAZIELA LEAL CUNHA**;

2. Processo administrativo nº 2021/124618, Precatório nº 00908/2019, Processo precatório no TRT/13 nº 1354800-36.20195.13.0000, que tem como credora **JOSEFA FABIANA DOS SANTOS**.

João Pessoa-PB, 13 de dezembro de 2021.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento Ata 1ª reunião - Lista preliminar - Câmara de Conciliação JP - Edital 01-21 TJPB.docx foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/595B-3454-EE66-6EAA> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 595B-3454-EE66-6EAA



## Hash do Documento

614F16811E653F7C86D5A4660467D2118784E6C97FF36647BB6A4BB0DCD3B3D7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/12/2021 é(são) :

- ☒ BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NÓBREGA -  
032.628.344-75 em 13/12/2021 21:22 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Bruno Augusto Albuquerque Da Nobrega  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Livia Meira Toscano - 043.728.204-02 em 13/12/2021 16:22 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Livia Meira Toscano Pereira  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Nubia Athenas Arnaud - 010.724.914-60 em 13/12/2021 15:07 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Nubia Athenas Santos Arnaud Brasileiro  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ DANILO DE SOUSA MOTA - 008.191.464-47 em 13/12/2021 14:50 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ LEON DELÁCIO DE OLIVEIRA E SILVA - 053.913.544-55 em 13/12/2021 14:39 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Leon Delacio De Oliveira E Silva  
**Tipo:** Certificado Digital



## SEMAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE  
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL  
DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE - DIVA

## AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DIGITAL

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	Nº DA AUTORIZAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	ENCIMENTO	PERÍODO
685-22-JP	Ggp Construções e Incorporações Ltda	Avenida Governador Argemiro de Figueiredo s/n. MIRAMAR, JOAO PESSOA-PB	Construção de Flat	Miramar	685-22-JP	09/02/2022	09/02/2023	01 (um) ano
628-22-JP	Secretaria de Infraestrutura - Seinfra JP	AV JOÃO CIRILO S.N. Altiplano, João Pessoa-PB	Execução de Serviços de Implantação da Pavimentação do Trecho da av João Cirilo Com	Altiplano	628-22-JP	11/02/2022	11/02/2023	1 (um) ano
751-22-JP	Edifkasa Construções	Avenida Júlia Freire 1200. Expedicionários, João Pessoa-PB	Reforma	Expedicionario	685-22-JP	09/02/2022	09/02/2023	1 (um) ano

AUTORIZAÇÕES EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE - DIVA**  
**AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL FÍSICO**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	Nº DA AUTORIZAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
2021/019449	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	Rua Ronaldo Vicente Ferreira, nº S/N	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	Paratibe	002/2022	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
2021/093914	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	Elias Pereira de Araújo, nº 200	Organização Religiosa - Templo Religioso	Mangabeira	003/2022	18/02/2022	18/02/2023	1 (um) ano
2021/028478	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 2000	Organizações religiosas	Expedicionário	004/2022	17/02/2022	17/02/2023	1 (um) ano
2021/019449	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS RENASCENDO DA GRÇA	Rua Francisco Prado Xavier, nº 9	Organizações religiosas	Cuiá	005/2022	21/02/2022	21/02/2023	1 (um) ano
2021/027989	CARLOS EDUARDO BRAZ DE CARVALHO	Rua Valdemar Galdino Naziazeno, nº 1109	Reforma do Empreendimento	Ernesto Geisel	006/2022	22/02/2022	22/02/2023	1 (um) ano

AUTORIZAÇÕES EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022

Página 1 de 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE - DIVA**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO DIGITAL**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	ÁREA (m²)	Nº LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
350-22-JP	Construtora Abe Ltda	Rua Artur Vilhena de Carvalho 29	Construção de residencial multifamiliar	Cabo Branco	24.000.00	350-22-JP	23/02/2022	23/02/2025	3 (TRES) anos

LICENÇAS EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022

Página 1 de 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE - DIVA**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO FÍSICO**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	ÁREA (m²)	Nº LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
2021/130014	ECO PARAHYBA	Rua Cel. José Gomes de Sá Filho, Setor 03, Quadra 038, Lote 0263	Construção de residencial multifamiliar	Jardim Oceania	16.872,53 m²	007/2022	10/02/2022	10/02/2025	03 (tres) anos
2021/106245	ADONAI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÃO LTDA	Residencial Golden Mar	Construção de Edifícios Área: 2.416.55m²	Bancários	2.416.55m²	002/2022	22/02/022	22/02/025	3(tres) anos

LICENÇAS EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022

Página 1 de 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE- DIVA**  
**LICENÇA DE OPERAÇÃO, EDIFICAÇÃO FÍSICO**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	ÁREA (m²)	Nº LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
2021/075500	HEIMDALL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - ME	Avenida Joaquim Hardman, Setor 25, Quadra 104, Lote 0189	Construção de prédio multifamiliar	Jaguaribe	Área: 2.464,35 m²	018/2022	01/02/2022	01/02/2024	02 dois ano
2021/136031	MAV CONSTRUTORA LTDA - ME	Avenida Joaquim Fraternidade, Setor 28, Quadra 248, Lote 0459	Construção de residencial multifamiliar	Cristo Redentor	1.514,24 m²	019/2022	03/02/2022	03/02/2024	02 dois ano
2021/107586	COMERCIAL MENDONÇA LTDA	Rua Espedito Delmiro Santos, nº 111	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	Grotão	6.165 m²	020/2022	09/02/2022	09/02/2023	01(um ano)
2021/096529	K V COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA	Rua Comerciante Álvaro Antero do Nascimento, nº216	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	Gramame	747,04m²	021/2022	09/02/2022	09/02/2023	01(um ano)
2021/136623	LUCIANA NOGUEIRA PARAGUASSU DE MORAIS EIRELI	Rua Antonio Rabelo Junior nº 161	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	Miramar	60,35 m²	022/2022	09/02/2022	09/02/2023	01(um ano)
2021/134682	ATAMI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	Gov. Matias de Albuquerque, Setor 17, Quadra 017, Lote 0089	Construção de residencial multifamiliar	Estados	2.079,93m²	023/2022	10/02/2022	10/02/2024	02(dois anos)

2021/022200	MAIS SAÚDE CLÍNICA LTDA	Rua Quintino Bocaiuva, nº 739, Sala 101 à 106	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	Torre	Área:328m²	024/2022	11/02/2022	11/02/2023	01 (um ano)
2021/120017	DROGARIA DROGAVISTA LTDA	Rua Valdemar Naziazen, nº 630.	Comércio varejista de produtos farmacêuticossem manipulação de fórmulas	João Paulo II	360m²	025/2022	11/02/2022	11/02/2023	01(um ano)
2021/112442	MARCIA FONSECA SERVIÇOS MÉDICAS INTEGRADAS	Rua Antonio Rabelo Junior nº 170, Salas 1904, 1905 e 1906	Atividade médica ambulatorial restrita e consultas	Miramar	150,19m²	026/2022	14/02/2022	14/02/2023	01(um ano)
2021/108914	VTO COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA - ME	Rua Poeta Targino Teixeira, nº 251, Sala 152 E 153	Farmácia com Manipulação	Altiplano Cabo Branco	66,90m²	027/2022	14/02/2022	14/02/2023	01(um ano)
2021/103622	ADONES SUPERMERCADOS VAREJÃO LTDA	Rua Coronel Joca Velho, nº 701	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	Alto dos Mateus	593 m²	028/2022	14/02/2022	14/02/2023	01(um ano)
2021/072024	CARDIOCLIN CLÍNICA DE CARDIOLOGIA EIRELI	Av. Governador Argemiro de Figueiredo nº 743, Salas: 05	Atividade médica ambulatorial restrita consulta	Jardim Oceania	450m²	029/2022	14/02/2022	14/02/2023	01(um ano)
2021/103569	ANA LAISSA OLIVEIRA AGUIAR NAZION	Av. Dom Pedro I nº 456, Salas 00001	Atividade médica ambulatorial restrita e consulta	Centro	20m²	030/2022	14/02/2022	14/02/2023	01(um ano)
2021/014426	RV LAVANDERIA LTDA	Rua Cassimiro de Abreu Nº 36, Sala 38	Atividade Lavanderia, aluguel de objetos de vestuário, Joias e Acessórios; Tinturaria	Brisamar	50 m²	031/2022	15/02/2022	15/02/2023	01(um ano)
2021/107554	ACADEMIA YOU FIT LTDA	Rua José Dantas Almeida, nº 479	Atividades de condicionamento físico	Jardim Veneza	200 m²	032/2022	15/02/2022	15/02/2023	01(um ano)



2021/017516	TATIANE LIBERATO DE SOUZA - SOUL FIT ACADEMIA	Rua Etiene Travassos, nº 684	Atividades de condicionamento físico	Padre Zé	150 m²	033/2022	15/02/2022	15/02/2023	01(um ano)
2021/027682	F Y B ACADEMIA LTDA - EPP	Rua João Navarro Filho	Atividades de condicionamento físico	Jardim Oceania	633,19 m²	034/2022	16/02/2022	16/02/2023	01(um ano)
2021/105100	COMPANHIA PARAIBANA D GÁS PB GÁS	Rua Antonio Rabelo Junior nº 161, sala 1201, sala 1901 a 1911	Serviço de bairo-Escritorio Administrativo,destinado as arividades de distribuição de gás	Miramar	905,13 m	035/2022	16/02/2022	16/02/2023	01(um ano)
2021/06069	INSTITUTO DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA DA PARAÍBA LTDA	Av. Dom Moisés Coelho, nº161	Atividade de atendimento hospitalar, ambulatório	Torre	1.333,55m²	036/2022	16/02/2022	16/02/2023	01(um ano)
2021/049002	SB FIT ACADEMIA TAMBAÚ LTDA	Av. Monsenhor Odilon Coutinho, nº 128	Atividades de condicionamento físico	Cabo Branco	1.024,28m²	037/022	17/02/2022	17/02/2023	01(um ano)
2021/089511	TELEFONICA BRASIL LTDA	Avenida Santa Catarina, Setor 15, Quadra 023, Lote 0928	Atividades de tele atendimento	Bairro dos Estados	6.162 m²	038/202	17/02/2022	17/02/2023	01(um ano)
2021/136986	SOUSA JUNIOR CONSTRUTORA LTDA	Rua Major José Eugênio Lins, Setor 06, Quadra 049, Lote 0471	Construção de residencial multifamiliar	Cabo Branco	6.277,47 m²	039/2022	17/02/2022	17/02/2023	02(dois ano)
2021/136978	SOUSA JUNIOR CONSTRUTORA LTDA	Rua Artur Monteiro de Paiva, Setor 01, Quadra 0128, Lote 0324	Construção de flat	Bessa	3.976,29 m²	040/2022	17/02/2022	17/02/2023	02(dois ano)
2021/115765	LÍDER SERVIÇO DE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS LTDA	Av. São Paulo, Nº 1206	Imunização e controle de pragas urbanas	Bairro dos Estados	220 m²	041/2022	18/02/022	18/02/2023	01 (um ano)
2021/110476	FARMÁCIA PARAÍBA LTDA	Rua Desportista Aurélio Rocha, nº00616, Loja – 101, loja 102	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	Pedro Gondim	201,71m²	042/2022	22/02/2022	22/02/2023	01 (um ano)

2021/080741	HARMOLIFTING HARMONIZAÇÃO E ESTÉTICA FACIAL LTDA	Rua João Cancio, nº 798, Sala 003	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	Manaira	60m²	043/2022	22/02/2022	22/02/2023	01(um anos)
2021/131231	AVANT HOLDING E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Avenida João Cândia da Silva, Setor 04, Quadra 151, Lote 0109	Construção Comercial - 5 (cinco) unidades	Manaira	1.516 m²	044/2022	23/02/2022	23/02/2024	02(dois anos)
2021/110669	FARMÁCIA DU BAIRRO COMERCIO FARMACEUTICOS LTDA	Rua João Mario de Araujo, nº 472	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	Gramame	97,75 m²	045/2022	24/02/2022	24/02/2023	01 (um ano)
2021/134064	NEWLAND VEICULOS LTDA	Praça da Independência, nº 145	Comércio a varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários novos	Tambá	2.361,50m²	046/2022	24/02/2022	24/02/2023	01 (um ano)
2021/108420	LITTORAL ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA EPP	Rua Maria Leopoldina do Egito, nº S/N, Setor 52, Quadra 205, Lote 0767	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	Mangabeira	88-562,20m²	047/2022	25/02/2022	25/02/2023	01 (um ano)
2021/079801	CLAVET ANALISES TRATAMENTO DE ÁGUA E IMUNIZAÇÃO LTDA - ME	Avenida Dom Pedro II, nº1529	Imunização e controle de pragas urbanas,Captação ,tratamento e distribuição de água,Testes e análise técnicas.Limpeza em prédios e em domicílios e Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	Torre	185 m²	238/2021 ALTERAÇÃO	01/02/2022	10/09/2022	01 (um ano)
2021/030918	PRATA VET CLINICA VETERINÁRIA. COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS PRODUTOS E SERVIÇOS PARA ANIMAIS LTDA	Av. Nego, nº77, Sala A	Atividades veterinárias Área: 167,58 m	Tambaú	167,58 m²	048/2022	25/02/2022	25/02/2023	01 (um ano)

2021/062060	APT IMPORTS COMÉRCIO DE ARMAS E MUNIÇÃO EIRELI	Epitácio Pessoa Município: João Pessoa UF: PB CEP: 58.030-000	Comércio varejista de armas e munições	Epitácio Pessoa	119,37 m²	049/2022	25/02/2022	25/02/2023	01 (um ano)
-------------	--	---	--	-----------------	-----------	----------	------------	------------	-------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE- DIVA**

**LICENÇA DE OPERAÇÃO E SERVIÇOS DIGITAL**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	ÁREA (m²)	Nº LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
140-22-JP	Equilíbrio-centro de Terapias e Reabilitação S/s Ltda-me	Rua João Vieira Carneiro 931	Atividades de fisioterapia	Pedro Gondim	364,00	140-22-JP	11/02/2022	11/02/2023	01 (um ano)
626-22-JP	Padaria Sao Judas Tadeu	Avenida São judas tadeu 1038	Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	Varjão	200,00	626-22-JP	15/02/2022	15/02/2023	1(um ano)
1075-22-JP	Juliana Correia do Nascimento	Rua Empresário João Rodrigues Alves 17	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	Jardim Sao paulo	8	1075-22-JP	19/02/2022	19/02/2023	01 (um) ano
1083-22-JP	Quiosque Nov Opcao	Rua Empresário João Rodrigues Alves 18	- Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	Jardim Sao paulo	9,68	1083-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1094-22-JP	Eliane Rodrigues Gomes Dos Santos	Rua Empresário João Rodrigues Alves	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Sao paulo	0,70	1094-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1106-22-JP	Kalina Ligia Simoes de Oliveira	Rua Empresário João Rodrigues Alves	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	Jardim Sao paulo	50,00	1106-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1115-22-JP	Quiosque Praça da Paz	Rua Empresário João Rodrigues Alves S/N.	- Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Sao paulo	27,75	1115-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1140-22-JP	Lidiana Avelino Oliveira Vieira	Rua Empresário João Rodrigues Alves	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Sao paulo	25,00	1140-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1157-22-JP	Quiosque Zangão Juntos e Melhores	Rua Empresário João Rodrigues Alves	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Bancários	36,66	1157-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1162-22-JP	Quiosque Mãe Terra	Rua Empresário João Rodrigues Alves	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Bancários	8	1162-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1173-22-JP	Quiosque Tia Sandra	Rua Empresário João Rodrigues Alves	- Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Sao paulo	9	1173-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
1188-22-JP	Quiosque do Geraldo	Rua Empresário João Rodrigues Alves	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Sao paulo	16,38	1188-22-JP	18/02/2022	18/02/2023	01 (um) ano
423-22-JP	Serviços de Alimentação Ltda	Rua Lindolfo José Correia das Neves 394	- Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Oceania	146	423-22-JP	24/02/2022	24/02/2023	01(um) ano
444-22-JP	Estima Clinica	Avenida Dom Pedro II, 1373	Atividades de fonoaudiologia	Centro	200	444-22-JP	24/02/2022	24/02/2023	01(um) ano
446-22-JP	Estima Clinica 5	Avenida Dom Pedro II, 832	Atividades de psicologia e psicanálise	Centro	200	446-22-JP	24/02/2022	24/02/2023	01(um) ano
678-22-JP	Hildete Andrade de Jesus	Rua Alfredo Heim 512	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	Expedicionários	150	678-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01(um) ano
792-22-JP	Real Lanches	Rua Walfredo Macedo Brandão, 748	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Jardim Cidade Universitária	200	792-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01(um) ano
975-22-JP	Lovina Seixas Ltda	Rua dos Pescadores 181	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento	Ponta do Seixas	954,45	975-22-JP	25/02/2022	25/02/2023	01(um) ano
976-22-JP	Adriano Fernandes da Silva	Avenida Dom Pedro II 2401	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	Torre	100	976-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01(um) ano

LICENÇAS EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE - DIVA**

**LICENÇA PRÉVIA DIGITAL**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	Nº DA LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
79-22-JP	Donato Construções e Incorporações Ltda	Rua Hilton Guedes Pereira SN, Cristo Redentor, João Pessoa-PB	Construção de residencial multifamiliar	Cristo Redentor	79-22-JP	11/02/2022	11/02/2023	01 (um) ano
80-22-JP	Construtora Mandala Ltda	RUA ALICE DE ALMEIDA 103, CABO BRANCO, João Pessoa-PB	Construção de flat	Cabo Branco	80-22-JP	05/02/2022	05/02/2023	01 (um) ano
318-22-JP	Abc Construções Ltda	Avenida Cabo Branco SN - TERRENO, Cabo Branco, João Pessoa-PB	Construção de flat	Cabo Branco	318-22-JP	01/02/2022	01/02/2023	01 (um) ano
707-22-JP	Secretaria de Infraestrutura - Seinfra jp	Entre a Rua Um. Walber Belo Rabelo Pessoa da Costa, Av. Flávio Ribeiro Coutinho e Av.	Reforma da Praça do Carro Antigo	Manaira	707-22-JP	17/02/2022	17/02/2023	01 (um) ano
871-22-JP	Secretaria de Infraestrutura - Seinfra jp	Rua Blumenau S/N, Grotão, João Pessoa-PB	Execução de Serviços de Manutenção Corretiva, Reparação, Adaptação e Modernização de	Grotão	871-22-JP	17/02/2022	17/02/2023	01 (um) ano
472-22-JP	Treviso Construção e Incorporação Ltda	Rua Desportista José de Farias	Habitação Multifamiliar com até 4 (quatro) pavimentos	Altuplano Cabo Branco	472-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01 (um) ano

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	Nº DA LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
839-22-JP	Prefeitura Municipal de João Pessoa	8084 S/N, GRAMAME, JOÃO PESSOA-PB	Construção Dos Blocos Habitacionais na Comunidade Dubai	Gramame	839-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01 (um) ano
873-22-JP	Secretaria de Infraestrutura - Seinfra jp	Rua Antônio Arantes S/N,	Clube/ Escola/ Estande de Tiro	Ernesto Geise	873-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01 (um) ano
898-22-JP	Secretaria de Infraestrutura - Seinfra jp	Rua Desenove de marco	Clube/ Escola/ Estande de Tiro	Baixo Roger	898-22-JP	23/02/2022	23/02/2023	01 (um) ano

LICENÇAS EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**DIVISÃO DE VISTORIA E ANÁLISE - DIVA**

**LICENÇA PRÉVIA FÍSICO**

Nº DO PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO	ATIVIDADE	BAIRRO	Nº DA LICENÇA	DATA DE EMISSÃO	VENCIMENTO	PERÍODO
2021/130525	LEGACY EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI	Rua: Edvaldo Bezerra Cavalcanti Pinho S/N ST:06 QD:054 LOTE:0084	Construção De Flat	Cabo Branco	009/2022	03/02/2022	03/02/2023	01 (um) ano
2021/117240	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SEINFRA	Rua: Irene Maria de Lira,S/N, Setor: 52,Quadra: 170,Lote: 0150	Construção do Centro de Educação Integrada (CEI) – FASE II	Mangabeira	010/2022	03/02/2022	03/02/2023	1 (um) ano
2021/111889	VM ENGNHARIA LTDA	RUA SLVIO ALMEIDA, N 556,SETOR 11,QUADREA 033,LOTE 0248	CONSTRUÇÃO DE CLINICA MÉDICA	Expedicionários	011/2022	10/02/2022	10/02/2023	1 (um) ano
2021/134093	TERRA NOBRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE	EX COMBATENTE JOSÉ DO PATROCÍNIO DE CARVALHO ,SETOR 56,QUADRA 169,LOTE 1950	CONSTRUÇÃO DE LOTEAMENTO	Gramame	012/2022	15/02/2022	15/02/2023	1 (um) ano
2021/137032	M&V CONSTRUTORA LTDA - EPP	Rua Antônio Limeira de Farias, Setor 42, Quadra 008, Lote 0022	Construção de residencial multifamiliar – Residencial Nossa Senhora de Fátima IV	Cidade dos Colibris	013/2022	16/02/2022	16/02/2023	1 (um) ano



2021/034984	CONSTRUTORA PEDRO LTDA	Av Carlos Barros, Setor 12, Quadra 25, Lote 341	Residencial multifamiliar	miramar	014/2022	18/02/2022	18/02/2023	1 (um) ano
2021/131689	3ME – CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA	Av. Senador Ruy Carneiro, nº615	Construção de flat	Brisamar	015/2022	21/02/2022	21/02/2023	1 (um) ano
2021/093510	ALLIANCE JOÃO PESSOA 22 CONSTRUÇÕES SPE LTDA	Avenida Cabo Branco, Setor 06, Quadra 047, Lote 0989	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Cabo Branco	016/2022	21/02/2022	21/02/2023	2 (um) ano
2020/023277	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SEMHAB	Avenida Saturnino de Brito, s/n	Urbanização e pavimentação da Comunidade Renascer e Avenida Saturnino de Brito	Trincheiras	038/2020	18/02/2022	18/02/2023	1 (um) ano

LICENÇAS EMITIDAS ENTRE 01/02/2022 A 25/02/2022

## FUNJOPE

**PORTARIA Nº 015/2022**

*Designação de Diretor de Administração, Finanças e Planejamento Interino.*

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**, DIRETOR EXECUTIVO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 7.852/95, o Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995, a Lei Municipal nº 10.429/2005, a Lei Municipal nº 14.129/2021 e modificações posteriores. Ainda, considerando afastamento de Ricardo da Silva Almeida de Diretor de Administração, Finanças e Planejamento da Funjope, durante o período de 02 a 31 de março de 2022, em razão de gozo de férias.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar JOSINALDO MYCHAE FERREIRA DOS SANTOS, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, para responder interinamente como DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO DA FUNJOPE, entre o período de 02 a 31 de março de 2022.

**Art. 2º** - Pela acumulação das funções descritas no artigo anterior, decorrerá ao nomeado o direito ao recebimento do subsídio de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO DA FUNJOPE.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.  
Cumpra-se e publique.

João Pessoa-PB, em 25 de fevereiro de 2022.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
DIRETOR EXECUTIVO  
FUNJOPE

**PORTARIA Nº 016/2022**

*Designação de Chefe da Divisão Administrativa Interino.*

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**, DIRETOR EXECUTIVO INTERINO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 7.852/95, o Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995, a Lei Municipal nº 10.429/2005, a Lei Municipal nº 14.129/2021 e modificações posteriores. Ainda, considerando o afastamento de Josinaldo Mychael Ferreira dos Santos de Chefe da Divisão de Administração da Funjope, durante o período de 02 a 31 de março de 2022, em razão de designação interina da Diretoria de Administração, Finanças e Planejamento.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar JONATHAN DIAS DE LACERDA NASCIMENTO, ASSISTENTE DE GABINETE da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, para responder interinamente como CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA FUNJOPE, entre o período de 02 a 31 de março de 2022.

**Art. 2º** - Pela acumulação das funções descritas no artigo anterior, decorrerá ao nomeado o direito ao recebimento do subsídio de CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA FUNJOPE.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.  
Cumpra-se e publique.

João Pessoa-PB, em 25 de fevereiro de 2022.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
DIRETOR EXECUTIVO  
FUNJOPE

**PORTARIA Nº 017/2022**

*Designação de Assistente de Gabinete Interino.*

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**, DIRETOR EXECUTIVO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 7.852/95, o Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995, a Lei Municipal nº 10.429/2005, a Lei Municipal nº 14.129/2021 e modificações posteriores. Ainda, considerando o afastamento de Jonathan Dias de Lacerda Nascimento de Assistente de Gabinete da Funjope, durante o período de 02 a 31 de março de 2022, em razão de designação interina da Chefia da Divisão de Administração.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar VITOR MENDES DE ARAÚJO, ASSESSOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, para responder interinamente como ASSISTENTE DE GABINETE, entre o período de 02 a 31 de março de 2022.

**Art. 2º** - Pela acumulação das funções descritas no artigo anterior, decorrerá ao designado o direito ao recebimento do subsídio de ASSISTENTE DE GABINETE DA FUNJOPE.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e publique.

João Pessoa-PB, em 25 de fevereiro de 2022.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
DIRETOR EXECUTIVO  
FUNJOPE

**PORTARIA Nº 018/2022**

*Designação de Fiscal de Contratos Administrativos Interino.*

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**, DIRETOR EXECUTIVO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 7.852/95, o Decreto nº 2.897 de 02 de outubro de 1995, a Lei Municipal nº 10.429/2005, a Lei Municipal nº 14.129/2021 e modificações posteriores. Ainda, considerando o afastamento de Vitor Mendes de Araújo da função de Fiscal de Contrato da Funjope, durante o período de 02 a 31 de março de 2022, em razão de designação interina como Assistente de Gabinete desta fundação.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar ANDRÉA ILEANA BARRETO NOGUEIRA, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO da Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, para responder interinamente como FISCAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, entre o período de 02 a 31 de março de 2022.

**Art. 2º** - Pela acumulação das Atribuições descritas no artigo anterior, decorrerá a designada o direito ao recebimento do subsídio de FISCAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DA FUNJOPE.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Cumpra-se e publique.

João Pessoa-PB, em 25 de fevereiro de 2022.

**ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA**  
DIRETOR EXECUTIVO  
FUNJOPE

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EEBF-54A5-B413-5905> e informe o código EEBF-54A5-B413-5905



Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EEBF-54A5-B413-5905> e informe o código EEBF-54A5-B413-5905



Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EEBF-54A5-B413-5905> e informe o código EEBF-54A5-B413-5905



Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCUS ALVES DE SOUZA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EEBF-54A5-B413-5905> e informe o código EEBF-54A5-B413-5905



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS

Código para verificação: 6E8F-54A5-B413-5905

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 03/03/2022 14:04:44 (GMT-03:00)  
 Papel: Parte  
 Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6E8F-54A5-B413-5905>

## EXTRATO

## AVISO DE PUBLICAÇÃO

## EXTRATO DO ADITIVO N.º 002/2022 AO CONTRATO N.º 04/2020

## Referência:

- CONTRATO N.º 04/2020
- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2020
- PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2021/090993

## Partes:

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA – SEMOB/JP (CONTRATANTE), inscrita no CNPJ n.º 09.154.915/0001-26 e NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA., inscrito(a) no CNPJ sob n.º 07.797.967/0001-95 (CONTRATADA).

## CLÁUSULA PRIMEIRA:

- 1.1 – Este aditivo tem como objeto a prorrogação do Contrato n.º 04/2020 por mais 12 (doze) meses, passando seu término para o dia **02.03.2023**, nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como permissivo contratual constante na cláusula sétima do contrato em comento.
- 1.2 – A vigência deste aditivo será contada a partir de 02.03.2022.

## CLÁUSULA SEGUNDA:

- 2.1 – O Valor Total Anual do Contrato n.º 04/2020 será no importe de R\$ 9.875,00 (nove mil oitocentos e setenta e cinco reais).
- 2.2 – As despesas com a execução deste aditivo estão programadas, para o exercício corrente, na dotação orçamentária: 71.202.26.782.5020.592049.33.90.39.

## CLÁUSULA TERCEIRA:

- 3.1 - Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Original, Primeiro Termo Aditivo, não expressamente alterados por este Termo.

## Publique-se e Cumpra-se.

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2022.

*George Ventura Morais*  
**GEORGE VENTURA MORAIS**  
 Superintendente – Semob/JP

## EXTRATO DO 1º TERMO DE FOMENTO

Instrumento: Termo de Fomento N.º 0001 / 2022 FMI / SEDHUC.

Concedente: Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DO ANCIÃO DR. JOÃO MEIRA DE MENEZES – ASPAN), CNPJ n.º 08.558.4819/0001-80, representada pela Sr. Marivalvo Sandro de Lima Santos.

Objeto: O presente termo tem por objeto o repasse de subvenções sociais, cujo plano de trabalho foi apresentado e aprovado pela empresa doadora e pelo CMDI dos recursos ao Fundo Municipal do Idoso – FMI.

Base Legal: Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204 de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal n.º 9.905 de 11/08/2017.

Vigência: 03/03/2022 a 30/11/2022.

Valor do Repasse: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

Classificação Orçamentária: 72303 28.845.5558.627054 – Elemento de despesa: 3.3.50.43.00 – Fonte de recurso: 1501.

João Carvalho da Costa Sobrinho  
 Secretário de Direitos Humanos e Cidadania – SEDHUC

VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS

Código para verificação: 7036-28B9-6C35-EBB2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JOÃO CARVALHO DA COSTA SOBRINHO (CPF 436.XXX.XXX-53) em 04/03/2022 09:13:10  
 (GMT-03:00)  
 Papel: Parte  
 Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/7036-28B9-6C35-EBB2>

## EXTRATO DO 2º TERMO DE FOMENTO

Instrumento: Termo de Fomento N.º 0002 / 2022 FMI / SEDHUC.

Concedente: Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL DO ANCIÃO DR. JOÃO MEIRA DE MENEZES – ASPAN), CNPJ n.º 08.558.4819/0001-80, representada pela Sr. Marivalvo Sandro de Lima Santos.

Objeto: O presente termo tem por objeto o repasse de subvenções sociais, cujo plano de trabalho foi apresentado e aprovado pelo doador e pelo CMDI dos recursos ao Fundo Municipal do Idoso – FMI.

Base Legal: Lei Federal n.º 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204 de 14 de dezembro de 2015 e Decreto Municipal n.º 9.905 de 11/08/2017.

Vigência: 03/03/2022 a 30/11/2022.

Valor do Repasse: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).

Classificação Orçamentária: 72303 28.845.5558.627054 – Elemento de despesa: 3.3.50.43.00 – Fonte de recurso: 1501.

João Carvalho da Costa Sobrinho  
 Secretário de Direitos Humanos e Cidadania – SEDHUC





VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 8FC7-F5D8-7751-57FD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JOÃO CARVALHO DA COSTA SOBRINHO (CPF 436.XXX.XXX-53) em 04/03/2022 09:12:06  
(GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8FC7-F5D8-7751-57FD>

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 23.611/2020

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes nos autos do processo *sus*, referente à realização da Sindicância oriunda da Portaria nº 130/2021, publicada no Semanário Oficial do Município de João Pessoa nº 1807, de 12 a 18 de setembro de 2021, cujo objetivo foi a apuração de responsabilidade em razão da entrega dos materiais do contrato nº 10.518/2020, nota fiscal nº 6994 e nota de empenho nº 392.341/2020, HOMOLOGO o seu resultado, quanto ao ARQUIVAMENTO desses autos, diante da ausência da ocorrência de dano ao erário público, determinando, desde logo a sua publicação.

Cientifique-se os interessados.

João Pessoa, em 31 de janeiro de 2022.

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz  
Secretária de Saúde de João Pessoa/PB

Extrato Homologação Resultado Sindicância  
Processo nº 23.611/2020

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, torna público, em cumprimento ao princípio constitucional da publicidade, o resultado da Comissão de Sindicância, oriunda da Portaria nº 130/2021, publicada no Semanário Oficial do Município de João Pessoa nº 1807, de 12 a 18 de setembro de 2021, cujo objetivo foi a apuração de responsabilidade em razão da entrega dos materiais do contrato nº 10.518/2020, nota fiscal nº 6994 e nota de empenho nº 392.341/2020. Após as reuniões, oitivas e diligências de apreciação dos documentos acostados aos autos, conclui-se pelo ARQUIVAMENTO do processo, diante da ausência da ocorrência de dano ao erário público.

João Pessoa, em 31 de janeiro de 2022.

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz  
Secretária de Saúde de João Pessoa/PB

Assinado por 1 pessoa: MARGARETH DE FATIMA FORMIGA MELO DINIZ  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/73B6-12D5-013B-3BB3> e informe o código 73B6-12D5-013B-3BB3



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 73B6-12D5-013B-3BB3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARGARETH DE FATIMA FORMIGA MELO DINIZ (CPF 323.XXX.XXX-20) em 28/02/2022 13:51:48  
(GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/73B6-12D5-013B-3BB3>

# CIDADE COM SOM ALTO, EDUCAÇÃO LÁ EMBAIXO.

## SEJA SEMPRE EDUCADO.

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,  
no barzinho ou em qualquer lugar,  
poluição sonora não é legal.  
Ela prejudica a nossa saúde,  
o meio ambiente e é crime.

**SE PRECISAR, DENUNCIE.**  
**3218-9208**

